Trajetórias de vida e trabalho de trabalhadoras transfemininas

Life and work trajectories of transfeminine workers

Rafael Paulino Juliani
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil
São Paulo, SP
rp.juliani@unesp.br
https://orcid.org/0000-0002-5911-1026

Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
São Carlos, SP
scopinho.rose@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2771-4770

Recebido em: 29 de março de 2026
Aceito em: 28 de julho de 2026

Resumo:

O artigo analisa as trajetórias escolares, familiares, de vivência do gênero e a forma como essas desaguam nas vivências laborais de trabalhadoras transfemininas. O gênero, que é uma construção social e performativa, tem sido utilizado pelos discursos biologicistas para deslegitimar a existência daquelas identidades não-cisgêneras e não-heterossexuais, em todos os âmbitos da vida, inclusive no trabalho. Este, ainda que seja um contexto de exclusão para a maioria da população travesti e transgênero brasileira, para além da manutenção material da vida, inclui as pessoas trabalhadoras na dinâmica social e é meio para a produção de subjetividades e identidades. A análise temática de conteúdos dos relatos das participantes, indicam vivências de exclusão social, sofrimentos e táticas para lidar com o preconceito que participaram dos seus processos de subjetivação e na construção de suas identidades como trabalhadoras transfemininas. Suas identidades de trabalhadoras foram permeadas, não somente pelas dificuldades intrínsecas ao trabalho, mas, especialmente, por suas identidades de gênero.

Palavras-chave: Trabalhadoras Transfemininas. Representações Sociais Sobre Trabalho. Trajetórias de Vida.

Abstract:

This article analyzes the educational, family and gender experiences of transfemenine workers and how these influence their work experiences. Gender, a social and performative construction, has been used by biological discourses to delegitimize the existence of non-cisgender and non-heterosexual identities in all areas of life, including work. While work is a context of exclusion for the majority of the brazilian travesti and transgender population, it includes workers in the social dynamic and serves as a means for the production of subjectivities and identities, beyond the material maintenance of life. Thematic content analysis of the participants' accounts reveals experiences of social exclusion, suffering, and coping strategies that shaped their subjectivation processes and the construction of their identities as transfeminine workers. Their identities as workers were permeated not only by the intrinsic difficulties of the job but, especially, by their gender identities.

Keywords: Transfeminine Workers. Social Representations About Work. Life Trajectories.

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa[1], desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017, que tinha o objetivo de analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que, visivelmente, destoavam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca das suas relações com o trabalho, por meio do relato das suas trajetórias de vida.

Baseados em Moscovici (2004), compreendemos que as Representações Sociais (RS) possuem uma importante função constitutiva da realidade que os sujeitos conhecem, por meio das suas experiências, e pela qual se movimentam na dinâmica social. As RS são formas de conhecimento prático/cotidiano, voltadas à comunicação, para a compreensão e para a transformação do contexto social, material e ideativo em que vive o sujeito social (Jodelet, 2001). Por abrangerem campos diversos, como o do objeto a que se refere, os sistemas dialógicos de relações interpessoais e grupais, a utilização de valores e julgamentos socioculturais, os saberes cotidianos possuem uma importante relação na forma como os sujeitos sociais, as sociedades e as culturas se reproduzem (Jovchelovitch, 2011).

Em um artigo anteriormente publicado (Juliani; Scopinho, 2020), apresentamos uma discussão sobre as percepções de pessoas LGBTI+ sobre o mundo do trabalho, bem como as RS que elas possuíam sobre o trabalho. Todavia, para melhor compreender as trajetórias de trabalho das pessoas entrevistadas, realizamos também o levantamento de informações acerca das suas trajetórias de vida, no que tange às suas vivências familiares, escolares e de gênero, o que se revelou um importante material, objeto de discussão neste artigo, para melhor compreendermos os contextos nos quais aquelas participantes estabeleceram as suas relações com o mundo do trabalho e subjetivaram-se como trabalhadoras transfemininas.

O Brasil tem sido marcado por extrema violência para com pessoas LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexo e demais pessoas que possuem orientações sexuais não-heterossexual e identidades de gênero não-cisgênero), principalmente para com travestis e mulheres trans (TTs), inclusive no que se refere ao

[1] Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob o processo de nº 2015/11653-0.

trabalho, o que impacta, diretamente, na (não) presença deste grupo social em tais contextos.

O trabalho é aqui compreendido, não apenas como mero instrumento econômico, de sobrevivência, mas como elemento constituinte e constituído da subjetividade, tanto de quem trabalha, quanto de quem está excluído do trabalho, bem como é um meio pelo qual as pessoas trabalhadoras inserem-se e participam (ou não) da vida social. Isso porque o exercício de uma atividade laboral implica, para além da manutenção da vida material, participar da dinâmica das relações sociais. Trabalhar é, assim, um ato político que oferece à pessoa trabalhadora, em algum grau, uma perspectiva emancipatória e, consequentemente, a possibilidade de autogovernar-se (Sennett, 2009). Segundo Dubar (2012: 14) "Situar assim o trabalho no centro da vida social e das existências individuais constitui uma característica essencial da modernidade que nenhuma profecia sobre 'o fim do trabalho' conseguiu destruir".

Nesse sentido, o trabalho e, especialmente, a pessoa trabalhadora são socialmente percebidos/preenchidos de algo nobre, decente, normal, moral, mesmo que aquele que execute o trabalho seja um tipo socialmente *non grato* (Jodelet, 2005). Entretanto, o valor moral atribuído ao trabalho, como indica Nardi (2003), apenas existe por meio de um processo de incorporação do trabalho como valor simbólico, o que o transforma em elemento central da constituição do tecido social. O mundo do trabalho, intrínseco à construção subjetiva em nossa cultura, é um ponto de referência fundamental para os processos de subjetivação contemporâneos, bem como um importante fator que orienta a dinâmica das sociedades capitalistas por meio das complexas relações que se forjam no encontro (ou não-encontro) do sujeito com a atividade laboral (Lopes, 2009).

Na esfera intersubjetiva, para Veronese e Esteves (2009) o trabalho proporciona vivências e aprendizagens que se incorporam à dimensão identitária dos sujeitos que estão se relacionando. As vivências de trabalho que partilham possibilitam às pessoas trabalhadoras construírem representações de si, diante de suas situações de trabalho (Jacques, 2006). Em uma perspectiva sócio-histórica e psicossocial, as formas como compreendemos os fenômenos que ocorrem em âmbitos informais, realizados por atores sociais em tarefas corriqueiras, constroem as suas histórias. Ademais, as possíveis verdades que podem ser extraídas de contextos locais, de ordem simbólica, como as

situações de trabalho, influenciam nas grandes questões sociais e nos discursos que cada grupo social reconhece como seu (Jovchelovitch, 2011).

Contudo, o mercado de trabalho, principalmente o formal, ainda é um espaço de difícil acesso e permanência para as pessoas LGBTI+, em específico para a população TT. O cenário posto é de recorrentes agressões motivadas por orientações sexuais não-heterossexuais (Guimarães, 2007); discriminação e crimes de ódio desde os processos seletivos (Círico Junior; Galvão, 2021); dificuldade de acesso de pessoas trans ao mercado de trabalho formal ainda que possuam a qualificação escolar/técnica exigida para as vagas pleiteadas (Souza, 2022); desigualdades salariais (Irigaray; Freitas, 2013); impactos nas possibilidades de ascensão profissional (Irigaray, 2008); possibilidade de acesso limitado, normalmente, em ramos específicos da economia, como o da beleza, cuidado e entretenimento (Caproni Neto; Saraiva; Bicalho, 2014; Irigaray, 2010), em funções subalternas e trabalhos invisíveis, em linhas de produção, funções de limpeza ou postos de *telemarketing* (Garcia, 2007); além de relatos de forte oposição de empresas à vinculação de suas imagens com a causa dos direitos LGBTI+ (Juliani, 2013).

Quando as ações privadas de inclusão LGBTI+ ocorrem, costumam ser direcionadas para o recrutamento e a seleção de candidatas que sejam altamente qualificadas, que preencham, minimamente, os requisitos de diversidade estabelecidos nas práticas organizacionais (Sales, 2015), além de uma busca por candidatas que compactuem com uma ideologia organizacional meritocrática, que se responsabilizem para lidar emocionalmente com possíveis situações de preconceito nos contextos de trabalho e, sobretudo, que possuam passabilidade[2] física, comportamental e jurídica (Juliani, 2022).

Os contextos de trabalho refletem, obviamente, o modo como organizamos as nossas relações sociais. No caso brasileiro estamos a falar do país que há 18 anos consecutivos mais assassina pessoas trans no mundo (Benevides, 2026), onde 90% dessa população é forçada, compulsoriamente, a adquirir renda por meio da prostituição (Benevides; Nogueira, 2020), onde estima-se que 70% das pessoas TTs são evadidas/expulsas dos contextos escolares (ANTRA, 2024) e apenas 0,3% delas chega aos contextos universitários (ANTRA, 2026).

[2] Termo definido por Duque (2013) que indica que, *para passar por* o corpo dissidente reveste-se, de modo a não se destacar e não ser percebido como diferente.

Mesmo uma década após a realização do estudo que embasa este artigo, o cenário permanece, praticamente, o mesmo, por desventura pior. De acordo com o relatório de dados da plataforma Transempregos[3], que compõem o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, em relação ao levantamento realizado durante o ano de 2024: observou-se uma queda de 8% no número de empresas parceiras que ofertaram vagas para pessoas TTs, passando de 2.877 para 2.672 empresas; também houve queda de 39% no número de vagas ofertadas (de 1.877 para 1.125); além de queda de 71% de profissionais contratadas (de 1.062 para 304).

Estamos presenciando um contexto de abandono das pautas de Diversidade, Equidade e Inclusão organizacional (DEI) por parte das empresas que pode ser compreendido, dentre outros fatores, em função dos constantes ataques da extrema direita às questões referentes à sexualidade e ao gênero e do avanço do conservadorismo em diversos países do mundo. Uma explícita onda *anti-woke*[4] que tem ganhado força e apoio de grandes empresas multinacionais, anteriormente reconhecidas por uma postura pró-direitos LGBTI+, que começaram a abandonar, de forma massiva, os compromissos para com a inclusão das diferenças (sexual e também étnico-racial). Tais retrocessos, verificados nas organizações multinacionais, repercutem nas filiais brasileiras destas empresas, pois, no Brasil, os programas de diversidade e inclusão LGBTI+ concentram-se nas poucas grandes empresas do país, normalmente, empresas multinacionais (Góis *et al*., 2017).

Também o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, iniciativa brasileira que, desde 2013, tem como objetivo articular empresas, comunidade LGBTI+, governos, órgãos internacionais e apoiadores em torno do cumprimento da proteção dos direitos humanos de pessoas LGBTI+ inseridas nas organizações, percebeu uma queda de 24% no número de empresas signatárias de sua carta de compromissos, passando de 200 a 152 empresas em 2026[5].

[3] https://www.transempregos.com.br/dados2025

[4] Advém do termo "woke", possivelmente cunhado por William Melvin Kelley em 1962. Ressurgiu na década de 2020 com o movimento Black Lives Matter. Definido pelo dicionário Oxford como um adjetivo de alguém que é consciente dos problemas sociais e políticos e está preocupado que alguns grupos da sociedade sejam tratados de maneira menos justa que outros. Para mais informação: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4y82w737do

[5] Informação fornecida, inicialmente, durante a fala do secretário executivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ no evento de lançamento da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ em junho de 2025. Naquele momento, o Fórum contava com 160 empresas signatárias, todavia, em levantamento feito no site do Fórum, em 09 de fevereiro de 2026, 152 empresas foram listadas.

Ademais, a discussão acerca deste cenário de retrocessos quanto às políticas de inclusão das diferenças tem se intensificado, especialmente, após Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos da América, por meio de ordem executiva, em março de 2026, proibir as empresas contratadas pelo Estado de desenvolver políticas internas de DEI. O que demonstra que a temática sobre o acesso, a inclusão e a permanência da população LGBTI+ nos contextos de trabalho não se deu por encerrada e segue carente de maiores contribuições. Justifica-se, de tal modo, não somente o debate proposto neste artigo, como também outros ainda em construção, como por exemplo, sobre as poucas e ainda nascentes experiências de políticas públicas de trabalho voltadas à população LGBTI+, como é o caso do Projeto Reinserção Social Transcidadania da cidade de São Paulo e do Projeto-piloto Empodera+ (Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social)[6]. Tema este sobre o qual me debruço, atualmente, em uma pesquisa de pós-doutorado financiada pela Fundação de amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com previsão de finalização em meados de 2027.

Continuamos a perceber, assim, um contexto atual de extrema exclusão e LGBTIfobia em todos os âmbitos da vida social e no qual o debate sobre o gênero e a sexualidade torna-se meio de ordenamento e inteligibilidade das relações sociais. É na LGBTIfobia[7], ou seja, no desprezo pelo outro abjeto e no medo de que este outro assuma a sua posição em uma suposta hierarquia sexual, que reside a grande dificuldade de pessoas que habitam fora dos padrões cis-heteronormativos em serem reconhecidas como possibilidade pela sociedade, permanecerem nos espaços escolares, religiosos, familiares, terem acesso ao mercado de trabalho e nele permanecerem, terem acesso ao mercado de consumo e à cultura.

Para Arán (2006), os discursos da sexologia, psiquiatria e parte da psicanálise que conferem um *status* patológico, principalmente à transexualidade, mas também às demais sexualidades não heterossexuais, baseiam-se no entendimento da existência de uma "[...] matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade" (Arán, 2006: 50). Adicionalmente, para Butler (2003) o

[6]https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/campanhas-lgbtqia/lgbtqia-cidadania/projeto-piloto-do-programa-empodera

[7] As fobias sexuais, por Lionço e Diniz (2008), são entendidas como manifestações perversas e arbitrárias da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos.

gênero não é algo que naturalmente somos/possuímos, mas sim que fazemos socioculturalmente por meio de discursos e ações repetidas através do tempo, de forma performativa. Desse modo, os efeitos concretos da performance do gênero, no corpo e na vida de quem o performa, dão-se com base na existência de uma matriz heterossexual que é, fundamentalmente, caracterizada pela dominação masculina e pela exclusão da homossexualidade que, abjetada, torna-se fronteira ou limite de inteligibilidade para o sujeito dito "normal", enquanto mantém o outro como "anormal", ininteligível, irreconhecível, impensável, inviável, sem possibilidade de simbolização (Arán, 2006).

A organização da sexualidade posta assim em sistemas de poder recompensa e estimula alguns sujeitos sociais, ao passo que pune e reprime outros (Rubin, 2003). Conforme Bento (2011: 554) os direitos humanos são exclusividade de um grupo muito pequeno de seres humanos que são lidos socialmente como "[...] heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los". Nesse sentido, aquelas pessoas que fogem dos comportamentos estabelecidos pela norma social estão sujeitas a sanções, desconfiança, presunção de transtornos psicológicos, criminalidade, perda de suportes institucionais, perdas econômicas e limitações na mobilidade social, por exemplo (Carrieri; Souza; Aguiar, 2014).

Arán (2006) aponta que os gêneros inteligíveis são assim entendidos por manterem uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, por meio dos quais a identidade é reconhecida e adquire efeito de substância. Transformam-se, assim, em patologias todas as vivências sexuais e de gênero que, diante do reconhecimento da existência de um sistema normativo, possuem espectros de descontinuidade e incoerência com o modelo adotado. Fato este que, segundo Butler (2003), leva ao entendimento, por grande parte da sociedade, de que há determinados tipos de identidade de gênero que parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, justamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural.

O processo de naturalização das identidades de gênero e a patologização daqueles que fogem da norma estabelecida produzem as margens (local habitado pelos seres abjetos), o que torna estes sujeitos verdadeiros "mortos vivos sociais" (Bento,

2011). Para esta autora, a patologização das identidades é um processo pelo qual alguns sujeitos são dotados de humanidade, em detrimento da desumanização de outros, a quem se destinam os castigos e as sentenças pelo descumprimento da lei. Neste sentido, "[...] os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados" (Bento, 2011: 557).

> É impossível pensar com clareza as políticas da raça ou gênero porquanto estas são pensadas como entidades biológicas ao invés de construtos sociais. Similarmente, a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível (Rubin, 2003: 13).

Questionar, assim, as normas sociais que tornam pessoas LGBTI+, mais especificamente as pessoas TTs, em "monstros" sociais é uma alternativa psicossocialmente mais flexível do que a busca obsessiva de adequação e enquadramento dos corpos nos extremos binários estereotipados e biologicistas do masculino e feminino, o que se aplica não somente àqueles que fogem da norma, mas a todos os sujeitos que nela tentam permanecer enquadrados. Os modos, as possibilidades, as rupturas e as consequências de como o gênero e o sexo são vivenciados, ao longo das trajetórias de vida dos sujeitos, influenciam os seus processos de construção das subjetividades e como se estabelecem as suas relações nas dinâmicas sociais. As identidades trabalhadoras transfemininas possuem as suas especificidades e conhecer as vivências que as constituem enquanto tal torna-se importante para o desenvolvimento de dispositivos sociais que as incluam e protejam.

A seguir, apresentaremos o percurso metodológico utilizado na pesquisa supracitada. Na sequência, um recorte dos resultados dessa pesquisa, no qual o foco serão os relatos das participantes transfemininas acerca das suas trajetórias escolares, familiares, de vivência do gênero, bem como a forma como essas desaguam em suas vivências no âmbito do trabalho. Por fim, faremos alguns comentários finais sobre

como as trajetórias de vida das entrevistadas, por meio dos seus relatos baseados nas suas memórias, participaram nos seus processos de subjetivação e construção de suas identidades como trabalhadoras transfemininas.

Percurso metodológico

A pesquisa em questão pautou-se em um método qualitativo e, para realizar o levantamento das informações, utilizamos a noção de *trajetórias de vida* de Bourdieu (1986), que compreende a vida como uma sucessão de fatos, um conjunto de acontecimentos que se relaciona sequencial e inteligivelmente na trajetória do sujeito; um todo coerente e orientado, que, organizado como uma história, informa sobre os caminhos escolhidos, à medida que transcorre cronológica e logicamente, sobre as posições e deslocamentos do sujeito no espaço social. O autor supõe ainda que o relato de si traz consigo a preocupação, no todo ou em partes, de dar sentido, fazer razoável, extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, estabelecer relações de causa e efeito que sejam consistentes e constantes por meio de etapas sucessivas de um desenvolvimento necessário.

A noção de trajetória refere-se a uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou, então, por um mesmo grupo de pessoas, em um espaço social onde ele próprio é um devir, sujeito a constantes transformações. Bertaux (1997) aponta que, diferentemente da autobiografia (narrativa escrita de um sujeito, sob um olhar global da vida), a narrativa de vida assume forma oral e funda-se no diálogo entre o investigador e o sujeito investigado.

Nesse sentido, desenvolvemos um roteiro de entrevistas semiestruturado que tinha como eixos: a) os dados pessoais da pessoa participante (idade, sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual, relações familiares); b) trajetória escolar (escolaridade, relações com professores, colegas e gestores escolares, possíveis vivências de preconceitos e significados atribuídos à educação); c) formação profissional (atividades desenvolvidas ao longo da vida, experiências relacionadas ao acesso e permanência em contextos de trabalho, possíveis vivências de discriminação no trabalho); e d) expectativas e planos futuros nos âmbitos laborais e pessoais.

Utilizando-nos da técnica de cadeia de referência *Snowball* ou Bola de Neve (Goodman, 1961), realizamos contatos iniciais com organizações não governamentais

(ONGs) pró-direitos LGBTI+ do interior do estado de São Paulo e contatos diretos, na rede social *Facebook,* para convidar possíveis participantes para a pesquisa. Sete participantes foram selecionadas intencionalmente, com base na existência de experiências profissionais prévias e em suas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero destoantes dos padrões cis-heteronormativos. As entrevistas foram realizadas, individualmente[8], em locais escolhidos pelas próprias participantes (suas casas, locais de trabalho, espaços públicos e ONGs), na forma de longos bate-papos informais, por vezes acompanhados de bolos e café que o entrevistador levava para os encontros. Estes ocorreram quantas vezes foram necessários, de modo a reconstruir as trajetórias das participantes e foram integralmente gravados e transcritos, após a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para compor a amostra de participantes, nos baseamos em uma estratégia de amostragem intencional, tendo em vista que desejávamos nos aprofundar nas suas trajetórias de vida. Desse modo, não era possível, e sequer desejado, trabalhar com uma amostra estatística com grande número de participantes. Isso também porque o processo de contato com as possíveis entrevistadas, as entrevistas, o levantamento/construção das informações e a criação de vínculo com as participantes foi longo; deu-se em mais de uma visita às entrevistadas, na maioria dos casos; em sessões de entrevistas que duravam mais de uma hora; e com a preocupação ética de não violentar as participantes "extraindo" delas as suas histórias, as suas memórias, os seus segredos, os seus medos, os seus traumas. Era necessário o desenvolvimento de uma relação mínima de identificação e confiança das participantes para com o investigador, o que não seria possível realizar com um número grande de participantes. Assim, optamos, metodologicamente, por um recorte que fosse capaz de dar conta do cuidado ético e do aprofundamento no tratamento do tema com cada entrevistada, ao invés de extensão da amostragem.

As informações levantadas por meio das entrevistas, bem como as complementares impressões que, rigorosamente, foram registradas em diário de campo, foram articuladas e analisadas com base na Análise Temática de Conteúdo, seguindo as orientações de Minayo (1999). As categorias temáticas foram, assim, construídas *a*

[8] Mediante aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 48459315.6.0000.5504 – Parecer nº 1.469.130.

posteriori, de acordo com o que pareceu ser mais relevante e representativo para as pessoas entrevistadas.

Ressaltamos que, originalmente, nem todas as sete entrevistadas possuíam identidades de gênero transfemininas, porém, neste artigo, o recorte apresentado incluirá apenas os relatos das cinco participantes transfemininas, cujos nomes fictícios e algumas de suas características, por elas mesmas informadas, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Autoidentificação das entrevistadas por idade, trabalho no momento da entrevista, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero

Entrevistada	Idade (anos)	Trabalho no momento da entrevista	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Expressão de Gênero
Raquel	30	Professora de dança	Homossexual	Transex	Feminina
Bárbara	37	Esteticista	Homossexual	Transgênero	Feminina
Valentina	42	Enfermeira	Homossexual	Travesti	Feminina
Yara	31	Profissional do sexo	Homossexual	Travesti	Feminina
Aurora	45	Cabelereira	Heterossexual	Mulher trans	Feminina

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 2015 e 2016.

A exclusão das demais participantes do recorte apresentado neste artigo, se dá por termos optado em realizar um debate centrado nos corpos e nas identidades transfemininas, nas suas memórias e a na construção de suas subjetividades como trabalhadoras transfemininas. De todo modo, explicitamos que as outras duas pessoas participantes da pesquisa original se apresentaram como: i) um homem trans de 43 anos, heterossexual, que trabalhava, naquele momento, como segurança; e ii) uma mulher lésbica, tapeceira de 40 anos que, apesar de possuir uma expressão de gênero tida como masculina, possuía uma identidade de gênero cisgênera.

As entrevistadas e as suas vivências familiares

Raquel se identificava como uma pessoa *transex* e vivia na mesma cidade do interior paulista em que havia nascido 30 anos antes. Afirmou que, desde os sete anos,

não se identificava como um menino, mas somente quando pode se distanciar de sua cidade natal, para fazer a graduação em Biologia, é que pode ter maior contato consigo mesma e com a forma como compreendia o próprio gênero. Também por meio da sociabilização com outras pessoas do coletivo LGBTI+, nesse período, é que pode utilizar pronomes, nome e roupas do gênero feminino pela primeira vez.

Após um episódio de violência sexual que sofreu por parte de um amigo de seu pai, Raquel e o pai cortaram relações, por dois anos, mas a imagem dele ressoava constantemente no processo de transição dela. Segundo a entrevistada "Ele via mais por foto ou se ele estava em uma festa ele me encontrava, mas eu dava um jeito de ele não me ver mais, para evitar. Não por medo, mas eu tentava evitar [...] Ele já sabia, mas é aquela coisa do respeito, sabe?". Nesse sentido, não só pela família, mas também pelo trabalho, Raquel se viu constrangida a não realizar os procedimentos estéticos que desejava: "E eu tenho vontade de pôr peito, mas como a gente trabalha, tem uma profissão, tem que estudar, tem a família, tem um punhado de coisa, e para a gente optar por ser só menina é um passo grande" (Raquel – *transex*, professora de dança).

No momento da entrevista, Raquel não estava atuando como docente de Biologia, mas trabalhava como professora de dança em três escolas de dança e em uma ONG. A sua renda mensal média era de mil e quinhentos reais, com os quais, mantinha a si mesma e duas irmãs, em momentos de emergências financeiras.

Bárbara, de 37 anos, afirmou não se compreender como travesti, pois entendia o termo como algo pejorativo, nem mesmo como transexual, pois para ela era sinônimo de anseios por cirurgias genitais. Identificava-se, assim, como transgênero no momento da entrevista. Aos quatorze anos, quando se compreendia ainda como um homem *gay*, Bárbara informou que se sentia como "um monstro da Tasmânia":

> [...] sabe quando você tem sempre aquele sentimento de inferioridade com todo mundo, com tudo, que você sempre merece menos? Você sempre tem menos do que os outros, você sempre tem aquela coisa, então você vai se conformando com aquilo. E depois que eu me assumi, na minha cabeça eu era a escória da sociedade, aquela coisa, então era o fim do fim (Bárbara – transgênero, esteticista).

A fala de Bárbara vai ao encontro do que fala Bento (2011) ao afirmar que as crianças que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento,

quando diante das dúvidas sobre os seus corpos, os seus brinquedos e as suas roupas de preferência, são levadas a encontrar em si mesmas a explicação para as suas dores, razão pela qual passam a se sentirem como aberrações, escórias sociais, algo que nem sequer deveria existir.

Aos dezoito anos Bárbara havia feito alguns procedimentos cirúrgicos e outros estéticos: colocou silicone industrial no bumbum com uma bombadeira[9], próteses mamárias de silicone, lipoaspiração, preenchimentos com *botox* e depilação a laser no rosto, o que, para ela, foi o procedimento de maior importância para sentir-se mulher.

Após trabalhar em alguns salões de beleza, a entrevistada fez um curso profissionalizante de estética e começou o próprio negócio. Afirmou que a sua renda mensal era satisfatória e que com ela podia pagar pelos procedimentos estéticos dela e da mãe, trocas de veículo esporádicas, viagens internacionais, a faculdade de direito que fazia, além das despesas cotidianas.

Valentina, 42 anos, que se identificava como travesti, contou que, no dia do nascimento do irmão quinze anos mais novo, o pai lhe disse: "Hoje eu tenho o filho homem que eu queria". Este pai, mesmo antes de Valentina sentir-se atraída afetiva-sexualmente por homens, atuava no sentido de enquadrá-la em uma norma de comportamentos masculinos que ele julgava ser a correta. Para tanto, fez com que ela o acompanhasse em suas viagens de trabalho (como motorista de caminhão) e a incluiu nos rituais de masculinidade, tais como: urinar diante de homens, usar "cumprimentos másculos" (ao invés de abanar a mão), bem como se valeu da força física para obrigá-la, por exemplo, a jogar futebol sem camiseta.

> [...] E o meu pai me forçava a jogar bola, porque eu era muito sensível, eu chorava muito, muito emotiva, qualquer coisa me emocionava e, naquela época, para homem isso não era legal, porque "homem não pode chorar", "homem não pode amar", era isso que a gente ouvia. E eu já era totalmente ao contrário. Se você aumentasse o tom de voz comigo eu já chorava. Então talvez fossem sinais que os meus pais começaram a perceber. Então, eles me obrigavam a fazer coisas de menino e uma dessas coisas era jogar bola. E quando você não tem talento para isso, não adianta! Eu não tinha talento, mas, mesmo assim, ia, porque ou eu ia ou apanhava. Apanhei muito! (Valentina – travesti, enfermeira).

[9] Pessoa que injeta, de forma caseira, o silicone industrial em travestis. Normalmente, é também uma travesti.

Conforme aponta Bento (2011), as reiterações que produzem os gêneros, bem como a heterossexualidade, são marcadas por um constante heteroterrorismo que incentiva ou inibe comportamentos, por meio de insultos ou piadas. Tais reiterações que visam o ajuste/enquadramento comportamental acabam por minar a subjetividade dos sujeitos compreendidos como desviantes da norma. Segundo a autora, por meio do discurso, dá-se vida ao outro abjeto para imediatamente matá-lo.

> Quando um/a pai/mãe firma "Isso é coisa de bicha", essa sentença tem múltiplos efeitos. A criança não entende muito bem o que é aquele "bicho-papão" que provoca a ira da/o mãe/pai. Sabe que não quer ser rejeitado. Sabe, portanto, que não poderá (ainda que não saiba como) agir como uma bicha. Essas interdições ficam mais claras ao longo da vida. A bicha, o sapatão e o afeminado são essenciais para realimentar a heterossexualidade, não por serem estranhos, externos a ela, mas porque a constituem ou, conforme Jacques Derrida (1974), a diferença gera aquilo que ela proíbe, "tornando possível a própria coisa que ela torna impossível" (Bento, 2011: 552).

Questionada pelo pai se iria encontrar o "bando de veados", como ele nominava os amigos dela, Valentina respondeu que sim. A resposta foi seguida de um soco que acertou a boca da entrevistada e da sua expulsão de casa aos dezoito anos: "Alguns amigos meus foram encaminhados para tratamento. A opção que meu pai teve foi me colocar para fora de casa, não quis me tratar não. Preferiu se livrar do problema que arrumar outro, não é?". A entrevistada começou o processo de hormonização, aos dezenove anos, o quadril e o bumbum foram feitos com silicone industrial, aos trinta anos, e as próteses de silicone nas mamas, aos trinta e três. Período em que já havia sido aprovada como enfermeira em um concurso público na cidade em que residia.

Yara, de 31 anos, vivia sozinha, na casa vizinha à de sua mãe, ambas compradas por ela com o dinheiro que conseguiu na prostituição. Sua identidade travesti surgiu junto da sua identidade de prostituta. Filha de uma família bastante pobre, que vivia no (e do) rural, Yara contou que desejava ter muitas coisas que não podia, mas, depois que conheceu as ruas, não passou mais vontades. Segundo a entrevistada: "Não vou te dizer que ser travesti foi uma opção. Eu acho que foi a melhor opção".

A entrevistada fez depilação definitiva a laser em seu rosto e colocou três litros de silicone industrial no bumbum. Não fez a modelagem da cintura com bombadeira, pois o cirurgião que fez as suas mamas a proibiu, devido aos riscos que poderia correr. Como efeitos do silicone industrial, Yara sentia muito cansaço e falta de ar, também pelo peso extra no corpo, e que, apesar de desejar praticar vôlei, não o fazia por medo de que uma pancada acidental pudesse ocasionar um vazamento interno. Pretendia fazer mais alguns procedimentos, como desenhar o nariz e diminuir o tamanho de sua testa.

A entrevistada disse ter uma boa relação com a família, especialmente com as irmãs que lhe pediam roupas emprestadas e dicas de maquiagem, e que apenas um dos dez irmãos não reagiu bem ao seu processo de transição.

> Tenho um irmão só que não conversa comigo até hoje. Ele fala que preferia me ver morto que travesti. Só que hoje, assim, ele precisa ele vem. Se precisa de dinheiro ou favor você sabe que vem. Tirando isso eles respeitam, sabe? Porque eu acho que na cabeça dele eu seria mais uma das drogadas, das que vivem nas sarjetas. Eu acho que por isso ele não aceitava. Hoje em dia ele até brinca com os amigos que eu sei. Que ele tem uma irmã gostosa. [...] Às vezes eu ia sair, eu tinha que me maquiar na casa da minha irmã. Aí a gente se via na balada, ele já olhava torto, tinha que sair de perto para evitar uma coisa maior, mas foi no começo. Hoje em dia eu tenho minha casa, ele a dele, cada um tem suas vidas. (Yara – travesti, profissional do sexo).

Incentivada pelo pai, Yara pagava, religiosamente, a previdência social. No momento da entrevista, contou que a sua renda média era bastante variável e que, no passado, chegou a economizar nove mil reais, em um único mês, para colocar as próteses mamárias. Ela era a responsável por manter as despesas da própria casa e a da casa da mãe, assim, um total de nove pessoas dependia, financeiramente, de Yara.

Aurora, mulher transexual de quarenta e cinco anos, se identificava como uma menina logo aos cinco anos: “Eu descobri que eu não era menino quando me colocaram para tomar banho com as meninas e eu pensei que elas tinham alguma coisa de errado porque a mulher ali era eu e nelas estava faltando alguma coisa”. Chegou a namorar algumas amigas, antes de assumir-se, então, como homem *gay* para os pais no seu aniversário de dezoito anos. Para a sua surpresa, ao invés do pai caminhoneiro, foi com a mãe que teve maiores problemas, pois ela temia perder o auxílio financeiro que o

irmão militar lhe dava mensalmente. Nesta época, os pais de Aurora separaram-se e o tio passou a cuidar, integralmente, da família.

> Esse irmão militar já tinha percebido a minha sexualidade antes disso, porque, nos quatro primeiros anos, quando a gente veio para cá, ele vinha domingo sim domingo não para cá e, toda vez que ele vinha, ele dava um dinheirinho para os meus irmãos passearem e para mim não. Eu sempre era colocada de lado. No natal eles escolhiam o presente que queriam ganhar e eu não, eu tinha que receber o que ele me desse. Ele me dava caminhão, ele me dava ônibus, me dava kichute, *commander*, tudo coisa masculinizada. E isso foi tudo muito estranho e eu sempre fui muito reprimida sobre isso, mas, enfim, eu vivia (Aurora – Mulher transexual, cabeleireira).

Acerca do papel dos brinquedos na formação das identidades e subjetividades das crianças, Bento (2011: 551) argumenta que "Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias". Foi inclusive por meio da proibição familiar e do desejo por ter uma boneca da Mônica (Turma da Mônica) que Aurora iniciou a sua trajetória de trabalho cortando frios em um supermercado.

Aos dezenove anos, Aurora foi internada em um hospital por abusar das dosagens de hormônios, que pegava escondida da gaveta de sua mãe. Naquele hospital quiseram forçá-la a um tratamento de reversão hormonal. Também foi levada a psiquiatras, pais de santo, pastores e padres exorcistas, o que a levou a tentar o suicídio. Aos vinte anos de idade, aceitou os insistentes convites de algumas clientes travestis, que viviam na Itália e frequentavam o seu salão de beleza no Brasil, para prostituir-se na Europa. Ao embarcar no avião, as companheiras revelaram que ela estava sendo traficada e que deveria obedecer a algumas condições e pagar-lhes um valor de dez mil dólares em troca de proteção. Trabalhou como prostituta e cabeleireira na Europa, por vinte anos, enviando grandes quantidades de dinheiro para a família no Brasil. Também retornou ao país, diversas vezes, para trazer medicamentos para a mãe e o tio que haviam recebido o diagnóstico positivo para o vírus do HIV. Após a morte da mãe, a entrevistada retornou ao Brasil definitivamente.

Vivências de gênero

Acreditamos ser relevante debater sobre as identidades de gênero com as quais as entrevistadas informaram se identificar durante o processo de entrevistas. Diferentemente das categorizações e distinções, normalmente, propostas pelo movimento social LGBTI+, ainda visivelmente identitário, ou alguns autores que não trabalham em uma perspectiva *queer*/não identitária de sujeito, as entrevistadas identificaram-se de formas variadas e que não necessariamente seguiam a lógica esperada. O Quadro 1, apresentado anteriormente, foi construído com base nas informações transmitidas pelas entrevistadas e não pretende organizá-las em categorias fechadas e pré-definidas. Apesar das entrevistadas afirmarem que somente se relacionavam afetiva/sexualmente com homens, apenas Aurora compreendia a sua sexualidade como heterossexual. Além disso, ao longo dos relatos pudemos observar que: I) não havia, entre as entrevistadas, um consenso quanto às classificações de identidade de gênero; II) as identidades das entrevistadas poderiam variar, dependendo do contexto e do interlocutor; III) havia entrevistadas que pareciam não necessitar de tais classificações nas suas vidas cotidianas, o que demonstra a arbitrariedade delas.

Algumas entrevistadas possuíam uma concepção biologicista de gênero. Yara, que se compreendia como travesti, afirmou que, para ela, as mulheres trans, ainda que se sentissem assim, não seriam ou serão mulheres: "[...] até porque ela nunca vai menstruar, ela nunca vai dar um neto para a mãe dela". Yara, assim como outras entrevistadas, também partia do pressuposto da utilização do órgão genital em práticas sexuais ou sua redesignação cirúrgica para a efetiva definição de uma identidade de gênero:

> Para mim a travesti é aquela que é montada vinte e quatro horas, dorme e acorda travesti, dorme e acorda com seu silicone só que não tem a pretensão de tirar (o pênis), porque para mim a travesti usa, ela goza, como todo o mundo. E a transexual não, ela tem cabeça de mulher. Por mais que ela nasceu em um corpo masculino, a cabeça dela é feminina. Por isso que, muitas das vezes, várias fazem a cirurgia (Yara – travesti, profissional do sexo).

> Não me identifico com mulher trans porque eu não tenho a necessidade de transgenerização, fazer a cirurgia, a adequação. A mulher trans, ela tem a necessidade. Ela não aceita os seus órgãos. Eu (ênfase), como travesti, eu não tenho essa necessidade. Agora a mulher trans não, ela tem a necessidade da adequação sexual (Valentina – travesti, enfermeira).

Yara e Valentina não concebiam outras possibilidades de configuração e vivência do sexo, do gênero e da sexualidade. Ainda que as suas vivências de gênero fossem distintas das pessoas ditas "normais", reproduziam os mesmos logismos do restante da sociedade. Não concebiam, por exemplo, que uma pessoa travesti estivesse satisfeita com o seu pênis e fosse lésbica/que tivesse atração por mulheres. Yara confessou que:

> Ah! Eu sou meio preconceituosa. Não é? Ai, se já se fez travesti é porque gosta de homem, porque quer ter uma aparência feminina. Então, por que não fica um homem para casar com uma mulher? É, todo mundo tem um tipo de preconceito, eu encaro, no meu caso, como preconceito (Yara – travesti, profissional do sexo).

Foi possível perceber que as entrevistadas, ainda que "desertoras" da heteronorma, partilhavam e, até mesmo, desejavam viver alguns dos binarismos sociais. Ainda que as suas vivências de gênero desconstruíssem os discursos biológicos/reprodutores do gênero, algumas de suas falas acabavam por reafirmar as ideias da existência de papéis de gênero/sexuais adequados e naturais para cada um dos sexos (masculino/feminino). Conforme Costa (2005), os papéis sexuais são conjuntos de comportamentos e condutas esperados do sujeito, conforme o gênero. Ressalta-se que eles se modificam de acordo com a época, o local e o grupo, ainda que dentro de uma mesma cultura. Bárbara, por exemplo, entendia que ser mulher, ainda que não tenha a ver com possuir uma vagina, quer dizer vestir-se bem, menstruar, ser mãe. O discurso de Yara, por sua vez, foi bastante marcado pelo reconhecimento da existência de papéis de gênero distintos na sociedade. Ela atribuía ao gênero masculino, por exemplo, a responsabilidade pelas entradas financeiras de uma família:

> E eu tenho a cabeça totalmente masculina. Eu me vejo uma travesti, tenho pretensão de ser uma travesti bonita, não quero me passar por mulher, mas eu creio que penso totalmente como homem [...] Até porque, eu penso que eu,

> sendo uma travesti, eu tenho minhas obrigações na minha família, com a minha mãe, como menino. Porque ela me teve um menino. Eu me fiz uma travesti. E as mesmas responsabilidades que eu teria sendo um menino eu tenho como travesti (Yara – travesti, profissional do sexo).

As entrevistadas também possuíam uma concepção higienizadora sobre o processo de troca do uso do termo travesti pelo termo mulher transexual. Para Valentina, o uso desta tática gramatical, adotada por algumas pessoas, tratava-se de uma tentativa de "limpar" do corpo travesti todo o tipo de estereótipos negativos.

> A palavra trans veio para suavizar um pouco, não é? Só que eu acho errado. Eu acho que a gente devia lutar pela palavra travesti e devíamos dar dignidade para essa palavra, não nos migrarmos para uma outra palavra por questão de aceitação, porque migram-se os corpos, mas se não migrarem os ideais também não adianta (Valentina – travesti, enfermeira)

> Travesti hoje se tornou um termo vulgar porque é muito antigo, do traveco, virou trava, não sei o quê. [...] É bem difícil, por isso que elas são tão violentas, são tão sarcásticas, incomodam, eu sempre tive problema com travesti. Porque elas não... eu sempre fui assim mais feminina, não sou mais que ninguém, mas assim, sempre fui mais delicada, nunca fui escandalosa, nunca fui... não sei se você vai entender o que eu quero dizer. Mas eu sempre fui mais contida, sempre tive uma postura mais delicada, mais discreta e por isso eu acho que você acaba sendo mais confundida, passa batido melhor como mulher, não chama atenção, nesses termos assim (Bárbara – transgênero, esteticista).

> Eu falo que a transex pensa em estudar, ter uma profissão para entrar no mercado de trabalho. Eu falo pelas que eu conheço. A travesti não, ela quer o dinheiro mais rápido e mais fácil. Não que ela não sonhe, pode até sonhar, mas, pelo que eu conheço, as transex, todas vão para fora, querem estudar, porque é uma mulher, quer trabalhar. (Raquel – transex, professora de dança).

Quanto a isso, Bárbara e Raquel também demonstraram um entendimento de que há um processo de distinção social no qual o termo travesti carrega toda a sorte de estereótipos e rótulos negativos, ao passo que o termo transgênero torna-se mais leve, dotado de características mais socialmente valorizadas, como possuir uma profissão,

pleitear uma vaga no mercado formal de trabalho, uma boa qualificação profissional, anseios e sonhos, bem como as qualidades sociais, tipicamente, tidas como próprias do gênero feminino, como, por exemplo, delicadeza e discrição, o que inclusive é reconhecido como fator de maior passabilidade social para pessoas TTs.

Os contextos sociais também aparecerem como variáveis relevantes para a autodeterminação do gênero das entrevistadas. Bárbara afirmou que "[...] Entre as meninas eu me classifico como travesti mesmo, até porque não tenho vontade de mudar de sexo, de fazer nenhuma cirurgia para isso, estou super bem adaptada como eu sou e gosto de ser assim". Assim, quando estava entre iguais, a entrevistada sentia-se confortável para assumir uma identidade que carrega consigo mais preconceitos, como o é a identidade travesti. O que não ocorria nas festas heterossexuais que ela, normalmente, informou frequentar, pois, nestes ambientes, preferia o tom mais "higienizado" e a "leveza" do termo mulher transexual. De acordo com Leite Jr. (2011), pelo fato de o discurso sobre a transexualidade, construído nos laboratórios e consultórios da Europa e Estados Unidos, possuir uma aura mais "higiênica", pode-se afirmar que a terminologia "transexual" é, linguisticamente, mais valorizada que o termo "travesti". Nesse sentido, o capital linguístico pode ser transformado em capital social e ser capaz de abrir ou fechar portas, a depender da forma como uma pessoa se identifica ou é identificada socialmente.

Vivências escolares

> "[...] se eu falar que amanhã eu volto a estudar, quem me garante que eu vou ser bem empregada mesmo formada, devido a esse preconceito?" (Yara – travesti, profissional do sexo).

A maior parte das entrevistadas possuía o segundo grau completo. Bárbara e Valentina, haviam realizado cursos profissionalizantes, respectivamente: de estética e de técnico em enfermagem. Bárbara também havia iniciado o curso superior de Direito, em uma instituição particular. Raquel, graduada em Biologia por uma universidade pública, informou ter ingressado no mestrado na área de genética de outra renomada instituição pública do estado de São Paulo, porém, teve que interromper o curso de pós-graduação por não ter conseguido financiamento para o seu projeto. Segundo Raquel: "E meu pai

estava precisando de ajuda na empresa, eu já com um tanto de idade, precisando de um registro. Então eu acabei parando para trabalhar, queria dinheiro para comprar um carro, você pensa no futuro".

Valentina e Yara relataram situações de discriminação por parte de funcionários e professores, não somente no ensino fundamental e médio, mas também nos cursos técnico-profissionalizantes que realizaram. Valentina contou sobre um professor que repreendeu a sua forma de caminhar, ao pedir que ela se direcionasse a lousa. Em outra situação, durante o curso de enfermagem, uma professora negou-se a respeitar o seu nome social, durante as chamadas, e a tratava sempre pelo nome civil. Bárbara, por outro lado, relatou que a direção de sua faculdade de Direito organizou uma palestra para tratar a questão da diversidade de gênero, após ela ter realizado a matrícula no curso, o que ela considerou uma atitude bastante positiva por parte da instituição.

Apenas Yara afirmou não ter vivenciado preconceitos por parte dos colegas, e demais alunos durante a sua fase escolar. As demais entrevistadas, contudo, relataram episódios de violências verbais e psicológicas, além de perseguições e agressões físicas.

Unânimes foram os relatos das entrevistadas sobre piadas feitas com relação às suas "más condutas", principalmente, ao longo do ensino básico e médio, mas também em cursinhos preparatórios para o vestibular, cursos técnicos e superiores. "Veadinho", "queima rosca", "põe a cara no sol, mona", "bichinha", "você faz programa", "você fala fino" foram alguns dos insultos elencados pelas entrevistadas, que disseram ter se sentido excluídas, acanhadas, com medo da interação social, tristes, solitárias, chateadas e cansadas devido às constantes "brincadeiras" sobre as suas sexualidades ou as suas expressões de gênero. O que está por trás de tão recorrentes ofensas é, como aponta Bento (2011: 558), "[...] um processo incessante de produção de anormalidade".

Diante destas relações escolares de discriminação e violências, as entrevistadas, assim como nas demais relações do cotidiano, desenvolveram táticas para lidar com as violações e manterem-se como sujeitos socialmente ativos e, minimamente, inseridas. Valentina, que não gostava das partidas de futebol, obrigatórias aos meninos nas aulas de educação física, contou: "Então eu tinha um artificio, porque tinha que ir e jogar na educação física. Aí tinha um outro menino que a gente tinha um 'teretetê', eu e ele. E eu colocava ele para me marcar, 'Olha, você me marca porque senão eu vou falar que eu fico com você'". Para Bárbara o importante era passar despercebida: "[...] eu era aquela trans que se escondia. Você entendeu? Então eu me escondia, eu tentava ficar o mais

escondidinha possível, passar batido para que ninguém percebesse que eu era uma travesti. Por medo de sofrer algum preconceito". A entrevistada entendia que esta postura "é o mal das pessoas trans", o que pode acarretar, por exemplo, na ausência de relacionamentos amorosos, amistosos, de um convívio social: "Isso vicia. Você vai passando, achando que você é mulher, mas sempre vai ter uma hora que a pessoa vai perceber que não. Então, isso te assombra".

O medo da descoberta assombra as vivências trans, quer seja na escola, na vida cotidiana, no trabalho, a ponto de algumas preferirem isolar-se do convívio social. Nesse sentido, Yara disse: "Acho que é o preconceito próprio que não deixa a pessoa sair". Talvez, seja preciso, como Bárbara disse, que estas pessoas tenham "uma personalidade mais confiante", ou seja, que sejam mais seguras de si mesmas, para conseguirem se socializar. No entanto, exigir de uma pessoa trans a responsabilidade por sua autoconfiança é algo bastante perverso, pois a autoconfiança de alguém não surge de um processo individual, mas sim a partir das relações que vão sendo construídas no convívio diário com os demais sujeitos sociais, que, no caso da população TT, normalmente se dá por meio de evitação e exclusão social.

Yara disse que passou no vestibular de uma instituição particular de sua cidade, mas que, concomitantemente, começou as suas primeiras montagens para prostituir-se e que, assim, sua vida tomou outros rumos. Valentina teve de interromper um curso de informática que fazia, por um motivo que deveria ser torpe, mas que, até hoje, é abordado quando o assunto é a presença de pessoas trans em qualquer tipo de instituição: o uso do banheiro.

> Aí eu já não precisava mais passar por isso, falei: "Ah! Quer saber de uma coisa? Eu não vou ficar me torturando como eu já fiz até aqui não". Podia ter brigado, podia ter, mas é isso que eles querem. Eles querem que a gente brigue, que a gente arranque a roupa, porque aí eles falam "Olha lá! É barraqueira, é suja, eu avisei". Então preferi não passar por esse processo. Algumas coisas a gente tem que desistir, não é? Não dá para ficar brigando (Valentina – travesti, enfermeira).

Como aponta Bento (2011: 558): "A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos

porque é ‘diferente’”. Nesse sentido a autora diz que a escola, incapaz de lidar com a diferença, atua como guardiã das normas de gênero e produtora da heterossexualidade, onde há um desejo de eliminar aqueles que “contaminam” o espaço escolar, sendo assim importante diferenciar a “evasão” da “expulsão” fomentada pela homofobia.

A escola não é somente local de produção de conhecimentos, saberes práticos e teóricos, mas também onde se reproduzem e compartilham valores, crenças, regras e normas sociais. Para Junqueira (2012), a escola brasileira, ao longo da história, estruturou-se com base em um conjunto de valores e crenças responsáveis por reduzir a figura do “outro”, daquele que é o “diferente” e, consequentemente, inferior, pervertido, contagioso, todos aqueles que destoam do ideal social masculino, heterossexual, branco, física e mentalmente “normais”.

Não por menos, os relatos das entrevistadas referiram-se à escola como espaço de produção de diferenças e relações desiguais de poder que culminaram em preconceitos, de violências verbais, físicas e psicológicas por parte de alunos, funcionários e gestores, que tentaram organizar e enquadrar seus corpos, gêneros e sexualidades na lógica binária macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, (re) produzindo e atualizando os parâmetros da heteronormatividade. As situações relatadas pelas entrevistadas exemplificam um regime de vigilância e controle do gênero e da sexualidade aplicado em diversos contextos (não apenas familiares, mas escolares, religiosos e até mesmo profissionais) na tentativa de se manter uma ordem heterossexual das relações sociais. Neste sentido, Souza e Bernardo (2014) afirmam que:

> [...] a austeridade do sistema educacional, que reflete os preconceitos e as cristalizações presentes na sociedade, atua de forma muito negativa na vida cotidiana e na subjetividade das mulheres transexuais, durante todas as fases de sua existência, tendo um significativo impacto no momento de buscar colocação profissional (Souza, Bernardo, 2014: 172).

Rondas e Machado (2015), consonantes com as afirmações de Dubar (2005) sobre a relação entre baixa escolarização e maior dificuldade de empregabilidade, apontam que a pouca formação profissional da população TT está, diretamente, relacionada a sua baixa escolaridade e evasão escolar, o que impacta nas possibilidades profissionais. Entretanto, formação escolar e qualificação profissional não são fatores

suficientes para a garantia da empregabilidade das pessoas TT. Conforme Irigaray (2007), no caso de travestis, diferentemente de pessoas *gays* e lésbicas cuja identidade social é invisível e passível de camuflagem como "estratégia de sobrevivência", a classe social e o nível de escolaridade não facilitam a entrada no mundo corporativo.

Representações sociais de trabalhadoras transfemininas sobre o trabalho

Para as entrevistadas, o trabalho possuía sentidos variados, por vezes contraditórios e compensatórios. Para elas, o trabalho tinha múltiplos significados: : a) a possibilidade de manutenção material de suas vidas e daqueles que delas dependiam; b) a realização de sonhos/objetivos pessoais e de suas famílias; c) independência e um meio para o planejamento do futuro, a ressignificação da vida e o desenvolvimento de si; d) forma de inclusão, de aceitação, de utilidade e de distinção social; e) possibilidade de ter o direito sobre o próprio corpo, ou seja, possibilidade de ganhar a vida para além da prostituição; f) escape para frustrações pessoais e meio para a construção de representações de si e de reafirmação das suas identidades de gênero. Significados esses que se baseavam em trajetórias laborais marcadas, não somente pelas dificuldades e especificidades técnicas que as atividades de trabalho demandavam, mas, sobretudo, pelas dificuldades advindas das relações que foram possíveis destes corpos transfemininos estabelecerem com os demais sujeitos sociais e com as instituições/organizações.

Comportamentos polidos, discretos, postura excepcional, disciplina e esforços extraordinários foram compreendidos pelas entrevistadas como uma tática contra o preconceito velado que percebiam em suas relações cotidianas de trabalho e como forma de tentarem garantir suas permanências nesses espaços. Características que, inclusive, as entrevistadas compreendiam como garantia de uma certa invisibilidade/camuflagem/passabilidade nos contextos de trabalho. O trecho da fala, abaixo, é bastante ilustrativo:

> Mas eu sempre fui mais contida, sempre tive uma postura mais delicada, mais discreta e por isso eu acho que você acaba sendo mais confundida, passa batido melhor como mulher, não chama atenção, nesses termos assim. [...] a minha sócia, falou que tinha que pensar mais na minha imagem, não adianta

> nada, ia lá no salão, depois me via ali na praça, como uma bichinha qualquer (Bárbara – transgênero, esteticista).

Para Valentina: "[...] sofre mais quem se expõe mais". Desta forma, a entrevistada também disse que passou a se preocupar mais com os julgamentos alheios: "Hoje eu me preocupo, eu coloco vestido, *shorts*, só que eu me preocupo em quem eu estaria atingindo. Porque as pessoas são visuais. E uma forma de agredir as pessoas é a sua comunicação visual, é como você se apresenta".

Nos contextos de trabalho invisibilizar-se torna-se palavra de ordem, assim, travestis e mulheres trans não devem ter corpos indecisos, "em cima do muro", que confundam as mentes socializadas com base nos binarismos de gênero e sexual. O mercado exige que se posicionem em algum dos extremos binários do gênero, preferencialmente aquele que corresponda com seus genitais e nome jurídico estabelecidos ao nascimento. De qualquer forma, o corpo transgênero sempre será pauta para curiosidades, investigações e descontentamentos alheios.

Valentina contou que, depois de já ter feito algumas modificações em seu corpo, que a tornaram mais feminina, quis entender como seria se voltasse a ter um corpo masculino, dentro dos padrões desejados pela sociedade: "[...] porque eu falei assim: 'Gente, será que eu sou assim uma aberração?'". Desta forma, ela começou a frequentar uma academia para deixar os músculos mais evidentes. Optou por parar, depois que um primo a viu andando na rua e comentou que "já estava ficando feio" por estar muito forte, com músculos muito grandes. Assim, chegou à conclusão de que a sociedade não aceita nada daquilo que está fora do padrão e decidiu, subversivamente, viver o próprio corpo para si mesma.

Em suas trajetórias de trabalho, as entrevistadas se depararam com a completa ausência de políticas e práticas organizacionais voltadas à inclusão e permanência de seus corpos naqueles espaços. Diante disso, naturalizaram a necessidade de se esforçarem para além do que o trabalho demandava e, comparativamente, muito além do que seus colegas cisgêneros e heterossexuais. O que deveria ser um direito do trabalhador torna-se favor, caridade, benevolência, espaço para chantagens e relações perversas e desiguais. Por não haver direitos que lhes garantissem a permanência na organização, sentiam-se no dever de realizar esforços que em nada se relacionavam com

as suas atividades laborais, na tentativa de manterem os seus empregos, o que, por vezes, lhes acarretaram custos emocionais e físicos extras.

As entrevistadas, assim como Irigaray (2008), compreendiam que o mercado de trabalho estava mais aberto à inclusão das pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais, porém não para a população TT que, segundo elas, ainda eram associadas à prostituição e à marginalidade das ruas. Segundo Bárbara: "[...] o lugar dela [da travesti] ainda é na esquina, ainda é na prostituição, ainda é aquele estereótipo de violenta, de coisas assim, bem ruins ainda. Ainda tem essa imagem". Segundo Valentina: "[...] a visão que o pessoal ainda tem é essa, de travesti de esquina". Visão essa que, segundo Veras e Guasch (2015), é reforçada, constantemente, pela imprensa brasileira ao estereotipar corpos TTs como prostitutas, marginais e viciosas.

Isso reforça as ideias de Butler (2003), de Pereira (2012) e de Veras e Guasch (2015), ao demonstrar que os corpos TTs chocam e causam incômodo à sociedade, por denunciarem a fragilidade das normas do sexo-gênero, não somente nas relações cotidianas, mas, especialmente, naquelas tidas como mais conservadoras e morais, como os contextos de trabalho. As entrevistadas também entendiam que a inclusão TT no mercado de trabalho, nas raras vezes que ocorria, se dava de forma precarizada e em ramos bastante limitados da economia.

> [...] a gente sempre comentava entre si assim, que travesti ou tinha que ser cabeleireira ou cozinheira ou trabalhava em motel, não é? Que eram lugares que você ficava escondido ou em salão que era uma coisa que tem uma certa liberdade, tem uma amplitude em questão de gênero e onde aceita mais fácil (Bárbara - transgênero, esteticista).

> Travestis, mulheres transexuais e homens trans. E esses meninos estão onde? Eles podem ter todo o currículo do mundo, eles estão como pintor, ajudante de pedreiro. Os que conseguem! Ou no mercado de tráfico de droga ou até mesmo como cafetões para tentar sobreviver. As travestis, quase todas estão na esquina. As mulheres transexuais, quando elas têm a passabilidade, aquelas que têm a carinha bonitinha, segue o padrão cis normativo de ser e tem um currículo, muitas delas até conseguem se inserir no mercado de trabalho, mas aí é como atendente de telefone, *telemarketing*, ou em salão de beleza. Nunca conseguem aquele cargo maravilhoso que elas estudaram a vida inteira para ter (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Valentina reconheceu haver limitações no trânsito do corpo travesti pelos espaços da cidade, em determinados períodos do dia, o que para ela não era um problema, pois compreendia que o fato de ter um trabalho lhe permitia acessar quaisquer ambientes que necessitasse ou desejasse.

> Há vinte anos atrás, era muito difícil você ver uma travesti de dia. [...] A gente também tem direito de transitar, de sentar, de comer, de comprar uma roupa, ir em uma loja, em um cinema. Mas, há vinte anos atrás, você quase não via. Entardecia, nós éramos chamados de criaturas da noite. Apesar que eu trabalhava, não é? [...] hoje eu entro e saio de qualquer lugar, mas têm amigas minhas que não conhecem um shopping, entendeu? Porque tem vergonha de entrar em um shopping (Valentina - travesti, enfermeira). (Valentina - travesti, enfermeira).

Nesse sentido, Bárbara compreendia que o trabalho, mesmo que informal, lhe serviu como forma de resgate social, o que poderia lhe assegurar ultrapassar a baixa expectativa de vida de pessoas TTs no Brasil, e que lhe permitia o investimento e desenvolvimento pessoal: “Eu quero tentar me filtrar, quero tentar ser uma pessoa mais inteligente, me aceitar melhor, me entender melhor. Porque eu acho que o mais difícil no ser humano é você se entender”.

Como afirma Jacques (2006), as vivências de trabalho que partilham possibilitam aos trabalhadores construírem representações de si, diante de suas situações de trabalho. Ainda que, em determinado momento de suas vidas, algumas entrevistadas tenham se reconhecido como “lixo”, “escória” da sociedade, elas puderam reconstruir as representações que tinham de si mesmas, por meio do desenvolvimento de atividades laborativas. Desta forma, o trabalho demonstrou ser também meio para que as entrevistadas pudessem ressignificar e construir novas possibilidades para as suas vidas.

Comentários finais

As trabalhadoras transfemininas que participaram desta pesquisa, por meio do relato de suas trajetórias de vida, nos contaram sobre vivências familiares, escolares e de relação com o gênero que desenharam a forma como elas compreendiam a si mesmas e o modo como os demais atores e instituições sociais lidaram com os seus corpos e

comportamentos. À medida em que desobedeciam, rompiam com as normas do sistema sexo-gênero, denunciavam a fragilidade de tal sistema, bem como as certezas dos corpos que nele se baseiam para criar a fantasia da naturalidade e cristalização do binarismo de gênero. Por ousarem brincar com os limites das normas, passaram por discriminações e preconceitos em todos os âmbitos da vida social, assim, família, escola e trabalho tornaram-se espaços de insegurança, preocupação e exclusão, com os quais tiveram que negociar e se valer de táticas para poderem com esses contextos se relacionar e, minimamente, sentirem-se pertencentes.

As entrevistadas demonstraram possuir representações sobre o trabalho que eram ambíguas, contraditórias e variadas. O mundo do trabalho significava espaço de difícil acesso, de vivência de dores e esforços sobre-humanos, mas também local em que podiam ser reconhecidas socialmente e ressignificar suas identidades e autoafirmarem-se como sujeitos de direito. A construção de suas identidades de trabalhadoras foi permeada, não somente pelas dificuldades próprias das relações de trabalho, principalmente nos contextos formais, mas, especialmente, por suas identidades de gênero, que definiram onde, quando e se poderiam ser incluídas. Aquelas que, sem garantias legais e institucionais, não conseguiram permanecer nas brechas que puderam encontrar, foram empurradas, como a grande maioria das pessoas travestis e transexuais brasileiras, para a prostituição. As que permaneceram não ficaram isentas de discriminações e violências que, em todos os outros âmbitos da vida já vinham experimentando, e que o trabalho lhes fez questão de reproduzir. Ainda assim, buscaram e seguem buscando modos de ressignificá-lo para também ressignificarem as próprias existências.

Referências

ARÁN, Márcia. *A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.* Ágora - Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49 –63, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. (2024). *Nota técnica sobre sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior.* Brasil: Antra, 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Cotas Trans.* ANTRA, 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/cotastrans/. Acesso em: 19, feb. 2026.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025* / Bruna G. Benevides; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, mai./ago. 2011.

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie.* Paris: collection 128, Nathan, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. cap 13.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Rose Camillo. *Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais*. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 78-95, jan./fev. 2014.

CÍRICO JUNIOR, Ademir; GALVÃO, Akira Aikyo. *A primeira impressão é a que fica: a discriminação na seleção de trabalhadores LGBTQIA+ em organizações brasileiras*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1996-2008, 2021.

COSTA, Ronaldo Pamplona. *Os onze sexos*: *as múltiplas faces da sexualidade humana*. São Paulo: Kondo Editora, 2005.

DUBAR, Claude. *A Socialização*: *Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. Tradução Fernanda Machado. Cadernos de Pesquisa, v.42, n.146, p.351-367, 2012.

DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013*. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *"Dragões"*: *gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) − Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GÓIS, João Bosco Hora et al. *Experiências de Gestão da Diversidade Sexual no Ambiente de Trabalho no Brasil: das experiências pontuais à formação de um Fórum Empresarial LGBT*. n: Luciana Pavowski Franco Silvestre. (Org.). Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico. 1ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2018, v. 1, p. 48-58.

GOODMAN, Leo. Snowball sampling. *Annals of Mathematical Statistics*, v. 32, p. 148-170, 1961.

GUIMARÃES, Marilene. *Relação de afeto e direitos*. Psique: Ciência & Vida, São Paulo, v. 2, n. 16, p. 38-45, 2007.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. *Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. Encontro da ANPAD: XXXI ENANPAD. São Paulo: Anpad, 2007. Anais *on-line*.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. *A Diversidade nas Organizações Brasileiras*: *Estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho*. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) − FGV-EAESP, São Paulo, 2008.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. *Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no mundo do trabalho sobre a ótica queer*. In: ENCONTRO DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, VI, 2010, Florianópolis. Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD: VI EnEO. Rio de Janeiro: Anpad, 2010. Anais *on-line*.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester. *Estratégia de Sobrevivência dos gays no Ambiente de Trabalho*. Revista Psicologia Política (Impresso), v. 13, p. 57-74, 2013.

JACQUES, Maria da Graça Correa. *Identidade e trabalho*, In: CATTANI, Antonio David (Org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 161,164.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais.* Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). Teoria das Representações Sociais: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 159-178.

JULIANI, Rafael Paulino. *Processos de Gestão e Minorias: um estudo sobre políticas organizacionais de promoção do respeito à diversidade sexual.* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Jaboticabal 2013.

JULIANI, Rafael Paulino. *The Rainbow Business (does not) Wants You***:** u*m estudo sobre políticas organizacionais de inclusão de trabalhadores LGBTs.* 2022. 166f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

JULIANI, Rafael Paulino; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 23, n. 1, p. 65-78, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar*. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Orgs.). Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam*: *a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. *Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-112, mar./jun., 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social*: *teoria, método e criatividade.* 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NARDI, Henrique Caetano. *A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneo*s. Psicologia & Sociedade, v. 15, n. 1, p. 37-56, jan./jun., 2003.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer nos Trópicos. Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer*. In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*,* São Carlos*,* v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão.* Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del Rei, v. 10, n. 1, p. 191-204, jan./jun. 2015.

RUBIN, Gayle. *Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade.* Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SALES, Ricardo Gonçalves de. *Diversidade no trabalho: valores organizacionais e adesão às normas em organizações participantes do Fórum Empresas e Direitos LGBT*. In: *A*nais do V Congresso Internacional Comunicação e Consumo: São Paulo. 2015.

SENNETT, Richard**.** *El Artesano*. Barcelona: Anagrama, 2009.

SOUZA, Gabriela da Rocha. *Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/16641.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional*. Bagoas, Natal, n. 11, p. 157-175, 2014.

VERAS, Elias, Ferreira; GUASCH, Oscar. *A Invenção do Estigma Travesti no Brasil (1970-1980)*. História, Histórias, Brasília, v. 1, n. 5, p. 39-51, 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo; ESTEVES, Egeu Gómez. *Identidade*. In Cattani, Antonio David et. al. (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 219-223.